

ATA

TIPO DE REUNIÃO

27ª REUNIÃO PLENÁRIA DO FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - FOPEME

DATA	HORÁRIO	LOCAL
21/06/2022	13h30 às 17h30	Virtual – Zoom

REGISTROS DA REUNIÃO

ABERTURA

Mario Doria, Secretário Técnico do FOPEME, agradeceu a presença de todos.

Na sequência cada participante fez uma breve apresentação pessoal.

Vitor Tioqueta, Diretor Superintendente do SEBRAE/PR, falou da importância do Fórum das Micro e Pequenas Empresas do Paraná, destacando que é o único Fórum que nunca parou de trabalhar ao longo dos anos. Cumprimentou Louise Garnica, Presidente do FOPEME, que assumiu há pouco e está prestando todo o apoio, para em conjunto trabalhar em prol das MPEs.. Cumprimentou também Mario Doria e Ercílio Santinoni, maior batalhador em favor das MPEs no Estado do Paraná,, destacando o trabalho que têm realizado juntos. Colocou a equipe do SEBRAE à disposição do Fórum.

Louise Garnica, Presidente do FOPEME e Secretária de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, cumprimentou a todos e agradeceu a Vitor Tioqueta pelas palavras. Falou que está muito feliz e honrada por estar Presidente do FOPEME, em razão da sua missão de promover essa integração do público com o privado para ações voltadas para o desenvolvimento das MPEs do nosso Estado. Comentou sobre a conversa que esteve com Vitor Tioqueta e Ercílio Santinoni na reunião do conselho deliberativo do SEBRAE sobre os dados do primeiro quadrimestre do CAGED que 70% dos empregos foram gerados pelas MPEs, representando mais de 42 mil empregos, demonstrando a relevância desse segmento para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado. Destacou que conhece o trabalho de excelência que o Fórum desenvolve, uma referência nacional, e se sente obrigada a fazer jus a esse time e que está comprometida e disponível para o Fórum.

Sobre o andamento da tramitação da LC 163/2013, comentou que estava parado no Gabinete e que houve necessidade de fazer algumas alterações e que teremos que ouvir a FOMENTO e a SEFA. Foi conversado informalmente com a PGE. Gerou alguns ajustes na redação da minuta da LC. Nos próximos dias terá novidades a respeito da tramitação do protocolo.

Ercílio. Santinoni, presidente da CONAMPE, em nome da iniciativa privada, cumprimentou a todos. Reforçou o comentário de Vitor Tioqueta de que aqui no Paraná é o único Fórum que nunca parou de trabalhar ao longo dos anos. Destacou que os Fóruns do Paraná e de Minas Gerais tem participado ativamente nas reuniões do Fórum Nacional. O que está na pauta atualmente é a discussão em torno da alteração da LC nº 123/2006. Neste ano foi aprovado pelo Congresso o novo Pronampe, a Empresa Simples de Crédito (ESC), Inova Simples, mas a LC nº 123 ainda não, sendo que está há 4 anos sem atualização; então, foi revisada toda a Lei, foi redigido um projeto de Lei, que não envolvesse renúncia de receita. O Fórum Nacional, em reunião recente, designou a CONAMPE (sr. Ercílio) para encaminhar o assunto junto à Câmara Federal.

Falou também de outra demanda que surgiu no Fórum Nacional, que é a criação de uma rampa, para que o MEI possa se tornar microempresa, ou seja, pagar uma faixa intermediária de valor de imposto, entre o que ele paga hoje e a primeira faixa do Simples Nacional, mínimo de 4,5% sobre o faturamento. A ideia é que o MEI pagando

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES

menos, o estimule a ir para o Simples Nacional. Nessa semana o texto, que está sendo redigido pelo sr. Ercílio, será submetido a um pequeno grupo do Fórum Nacional, que entende do assunto, e será levado à reunião plenária daquele Fórum, para aprovação. Comentou sobre a ideia da rampa em duas faixas, uma de R\$ 81 mil a R\$ 120 mil, recolhendo 1,5% de imposto e outra faixa de R\$120 mil a R\$ 144 mil, recolhendo 2,5%.

Comentou o exemplo do Espírito Santo que a Receita Estadual excluiu de MEI, aqueles cujas compras no ano ultrapassaram R\$ 100 mil. O projeto de lei vai beneficiar a todos esses.

A tendência é aprovar os dois projetos de lei ainda em 2022.

Respondendo ao questionamento de Mario Doria, comentou que a transição entre faixas deverá ser regulamentada pela própria Receita Federal.

CIDADES INOVADORAS - EDITAL

Michael Camilo, do SEBRAE/PR, agradeceu pelo espaço cedido para a sua apresentação e comentou que está sendo realizado um trabalho na região leste do Estado, região metropolitana de Curitiba, para testar o modelo e expandir o movimento de aproximar a inovação das prefeituras e dos pequenos negócios, e com isso gerar cidades e empresas com iniciativas mais conectadas e mais inovadoras.

Apresentou o edital do Cidades Inovadoras, destacando os seguintes pontos:

- Apoiar municípios da região metropolitana de Curitiba, para impulsionar a inovação, geração de valor e soluções para a sociedade;
- Benefícios para o município com opção de contrapartida;
- Benefícios e subsídios para empresas;
- Recursos financeiros – orçamento de R\$ 2 milhões para esse projeto;
- Áreas temáticas: desenvolvimento tecnológico, design, produção e qualidade, sustentabilidade;
- Requisitos e condições para poder participar;
- Cronograma, e
- Edital e regras de contratação.

Michael Camilo mostrou também exemplo de empresas que participaram dessas soluções. Falou também que o Edital ficará aberto até o final deste ano, para que os Municípios interessados possam se inscrever.

Respondendo ao questionamento de Pedro Skraba, da Famepar, Michael Douglas falou que projetos de energia solar, sistemas fotovoltaicos estão contemplados no edital, bem como outras 150 soluções disponíveis.

PAINEL DE GESTÃO 2022

Os coordenadores dos Comitês Temáticos fizeram a apresentação das realizações do semestre e propostas para o segundo semestre de 2022:

COMITÊ TEMÁTICO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Ação 1: Regulamentar a Lei de Inovação nº 20541/2021. Responsável: Marcos Pelegrina, da SETI;

Ação 2: Implantar nova versão do Programa de Capacitação de Crédito pela AGEUNI, cuja entrega é: setecentos alunos matriculados. Responsável: Marcos Pelegrina, da SETI.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES

Marcos Pelegrina, coordenador público deste Comitê, falou da primeira ação, enfatizando que necessitava atualizar o marco legal de CT & I como um todo:

- Lei de Inovação - nº 20.537/2021 publicada;
- Lei de Fundações de Apoio - 20.541/2021 publicada, onde as MPEs obtêm apoio;
- Decreto Regulamentador nº 8.796/2021 publicado - Lei de Fundações;
- Lei 20.744/2021 publicada, que define as regras para a constituição de ambientes regulatórios experimentais – sandbox regulatório.
- Decreto nº 10769/2022, que dispõe sobre a criação do PROGRAMA AGEUNI - Agências para o Desenvolvimento Sustentável e Inovação.

Comentou também, que está tramitando na PGE-PR o Decreto Regulamentador nº 20.537/2021 da Lei de Inovação.

Falou do trabalho de apresentar e discutir esse marco legal com a sociedade, com intuito de fazer com que essas leis peguem, que os gestores públicos tenham a coragem de usar esse arcabouço legal para promover a inovação.

Sobre a segunda ação, Marcos Pelegrina falou que todas as ações que vem sendo desenvolvidas na SETI, nasceram no plano de governo, sendo que uma delas é que as Universidades fossem um apoio ao desenvolvimento regional do Paraná, por isso se acabou criando a estratégia da Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e de Inovação - AGEUNI para realizar esse papel. A AGEUNI é um esforço entre a SETI, SEFA, SEPL, Superintendência Geral de Inovação e Fundação Araucária, que é o braço executor da AGEUNI.

Comentou também sobre:

- as prioridades e objetivos da AGEUNI;
- as diretrizes gerais do programa;
- os eixos de atuação, incluindo a inovação e apoio para microempreendedor individual, micro e pequenas empresas, cooperativas, associações e empreendimentos solidários;
- a governança, que é basicamente do governo, sociedade, universidade e com a participação também do setor produtivo, para que suas demandas sejam atendidas;
- a constituição da estrutura física da AGEUNI, transformando os Núcleos de Inovação e Tecnologia – NIT em Agências de Inovação;
- a porta única de entrada, que FOPEME sempre vem pedindo, feito pela AGEUNI;
- o edital do Paraná Empreende Mais, que já atingiu 120 municípios e 900 pessoas matriculadas, parte do objetivo de formar 4 turmas de 700 alunos cada, num curso com disciplinas de contabilidade, gestão de negócios, marketing e inovação.

Mario Doria parabenizou a Marcos Pelegrina e comentou que esse trabalho é de excelência, um anseio do Estado do Paraná, destacando a aproximação das Universidades com o setor produtivo, dentro do conceito da trílice hélice.

Gilberto Lima, da Tecpar informou sobre o painel no Youtube sobre as contratações públicas de inovação, que é um processo diferenciado, que tem diversas barreiras. Sugere uma conversa com o Tribunal de Contas do Estado, para gerar um manual de contratação de inovação pelas Prefeituras.

Louise Garnica teve que se ausentar, agradeceu pelos esclarecimentos prestados por Ercílio Santinoni, pela apresentação de Michael Camilo e de Marcos Pelegrina e também a Mario Doria e Paulo Freitas por todo o trabalho que realizam pelo FOPEME.

João Toneti, da Fempipar, elogiou a apresentação de Marcos Pelegrina e disse que no noroeste do Estado tem algo similar ao Projotec, que é um convênio entre Unifatecie e Associação dos Municípios, Amumpar, para fornecer projetos de obras para pequenos municípios.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES

As duas ações continuam em andamento para o segundo semestre, necessitando fazer ajuste na meta, que são 4 turmas de 700 alunos por turma.

COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

Ação 1: Implementar a Política Estadual de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná, cuja entrega é um Decreto publicado. Responsável: Pedro Skraba da CONAMPE;

Ação 2: Definir estratégias para encaminhar a nova Lei Complementar do Estatuto da MPE no Paraná, que irá revogar a Lei Complementar nº 163/2013 para aprovação na Assembleia, cuja entrega é uma Lei Complementar publicada. Pedro Skraba da CONAMPE.

Pedro Skraba, coordenador privado desse Comitê, sugere que, caso o procurador que esteja analisando a atualização da LC 163/2013 tenha dúvidas, que haja uma reunião com procurador, mais Pedro Sktaba, Mario Doria e Ercilio Santinoni para resolver as mesmas e dar celeridade à tramitação da nova LC.

Quanto à ação 1, Pedro Skraba solicitou que enviemos a minuta do decreto aos Integrantes do FOPEME, para que os mesmos possam sugerir melhorias no texto.

Mario Doria comentou que solicitamos permissão ao Fórum Nacional, para aproveitar o texto da Política Nacional elaborada pelo CT7, para adaptarmos ao nosso Estado e que houve concordância por parte daquele Fórum.

As duas ações continuam em andamento para o segundo semestre.

Aprovada também uma nova ação, demandada pelas Salas do Empreendedor do Estado:

Ação 3: Conceder Inscrição estadual aos MEI Caminhoneiro e MEI Transportador para que o memo possa emitir o documento fiscal (conhecimento de frete).

Ercílio Santinoni sugere que a concessão de inscrição estadual seja estendida para todos os microempreendedores individuais, pois, segundo ele, o Paraná deve ser a única UF que não está concedendo inscrição estadual ao MEI.

Yukiharu Hamada, da SEFA, falou que todo o sistema já foi preparado para fazer a inscrição estadual do MEI, por opção, para todo o MEI, não só o caminhoneiro. Já está no setor normativo para fazer o decreto e uma vez validado segue para a Casa Civil para o Governador aprovar o decreto.

Respondendo ao questionamento de Lauro Wozniak, disse que o setor de fretamento de turismo que não consegue estar no Simples Nacional, por consequência também não consegue ser MEI; normalmente ele só está habilitado a fazer fretamento no seu município ou na sua micro região.

COMITÊ TEMÁTICO DE ACESSO A MERCADOS – GT COMEX

Ação 1: Aprofundar os resultados obtidos com a pesquisa quantitativa de 2021, para fundamentar subsequente seminário on-line, com a apresentação de soluções para as dificuldades encontradas, cuja entrega é de quinhentas visualizações do seminário. Responsável: Klaus Rotman do CORREIOS.

Klaus Rotman, dos CORREIOS, coordenador deste GT, comentou sobre a pesquisa quantitativa realizada, com respostas às principais dificuldades das pequenas empresas em realizar exportações. Também comentou sobre a pouca adesão dos empresários à pesquisa qualitativa, planejada para esse ano.